

Aprovo.

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

2500000043\_SA\_02DCRI2025

Contratação de serviços para a conceção, produção e instalação da  
sinalética interior do Pavilhão de Portugal

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

CAPÍTULO I - Disposições Gerais.....	3
Cláusula 1.ª - Objeto Contratual.....	3
Cláusula 2.ª - Caracterização do contrato .....	3
Cláusula 3.ª - Duração do contrato .....	6
CAPÍTULO II - Obrigações das partes .....	6
SECÇÃO I - Obrigações do adjudicatário.....	6
Cláusula 4.ª - Obrigações do adjudicatário.....	6
Cláusula 5.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços.....	7
Cláusula 6.ª - Conformidade e garantia técnica .....	7
Cláusula 7.ª - Dever de sigilo .....	8
Cláusula 8.ª - Preço base .....	8
SECÇÃO II - Obrigações da entidade adjudicante .....	10
Cláusula 9.ª - Condições de pagamento.....	10
SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização do contrato .....	12
Cláusula 10.ª - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....	12
CAPÍTULO III - Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato .....	12
Cláusula 11.ª - Modificação objetiva do contrato .....	12
Cláusula 12.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor .....	12
Cláusula 13.ª - Penalidades .....	13
Cláusula 14.ª - Força maior .....	13
Cláusula 15.ª - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante.....	14
Cláusula 16.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário .....	15
Cláusula 17.ª - Caução.....	15
CAPÍTULO IV - Disposições finais .....	15
Cláusula 18.ª - Deveres de informação .....	15
Cláusula 19.ª - Comunicações .....	15
Cláusula 20.ª - Reprodução de documentação .....	16
Cláusula 21.ª - Foro competente.....	16
Cláusula 22.ª - Direito aplicável e natureza do contrato .....	16
Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos .....	16
CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas.....	16
Cláusula 24.ª - Especificações Técnicas.....	16

---

**CAPÍTULO I - Disposições Gerais**

**Cláusula 1.ª - Objeto Contratual**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a contratação de serviços para a conceção, produção e instalação da sinalética interior do Pavilhão de Portugal.
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Convite e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da aquisição de serviços, objeto do contrato, e que serão incluídos no contrato a celebrar.

**Cláusula 2.ª - Caracterização do contrato**

1. A contratação de serviços associados à elaboração, produção e instalação da sinalética interior para o Pavilhão de Portugal revela-se indispensável para assegurar uma orientação eficaz dos utilizadores no interior do edifício, bem como para garantir uma identificação clara e funcional dos espaços, circuitos e serviços disponíveis.

As soluções a apresentar devem respeitar e valorizar a arquitetura icónica do edifício, projetada por Álvaro Siza Vieira, promovendo uma integração harmoniosa entre a sinalética e os elementos arquitetónicos existentes. Nesse sentido, as propostas devem, preferencialmente, alinhar-se com a identidade visual da Universidade de Lisboa, reforçando a coesão institucional e a sua projeção enquanto entidade de referência no panorama académico, científico e cultural.

Este projeto de sinalética contribui diretamente para os objetivos estratégicos da Universidade de Lisboa, ao melhorar a experiência dos visitantes e utilizadores do Pavilhão de Portugal, promovendo o acesso inclusivo e universal às suas instalações. Adicionalmente, a implementação de um sistema de sinalética funcional e esteticamente integrado com a identidade visual da ULisboa visa reforçar a imagem institucional da Universidade, promovendo-a como um centro internacional de inovação, ciência, cultura e arquitetura.

A execução deste projeto constitui, assim, uma peça fundamental para a concretização da missão da Universidade de Lisboa no que respeita à promoção da ciência, do conhecimento e da lusofonia, assegurando, simultaneamente, a preservação e valorização do património arquitetónico e cultural do Pavilhão de Portugal.

2. Nos termos do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), a adjudicação por lotes deve ser considerada para promover a concorrência, a eficiência económica e a participação de operadores económicos de diferentes capacidades. Contudo, a obrigatoriedade de

fundamentação para a não divisão em lotes apenas se verifica quando o preço base do procedimento ultrapassa o limiar de 135.000 €, conforme estipulado no referido artigo.

No presente caso, o preço base proposto, de 74.900,00 €, é inferior a este limiar. Assim, não existe obrigatoriedade legal de fundamentar a opção pela não divisão em lotes. Ainda assim, apresenta-se a seguinte fundamentação, com vista a reforçar a transparência e assegurar a plena compreensão da decisão:

Unicidade do objeto do contrato:

- O objeto do contrato é intrinsecamente uno, abrangendo a conceção, produção e instalação de sinalética interior para o Pavilhão de Portugal. Estas atividades estão interligadas, dependendo umas das outras para assegurar a coerência técnica, estética e funcional do sistema de sinalética.
- A divisão em lotes poderia comprometer a uniformidade do design, dos materiais utilizados e da execução no local, resultando numa falta de integração visual e funcional, incompatível com os objetivos estratégicos do projeto.

Coordenação e responsabilidades contratuais:

- A não divisão em lotes permite concentrar a responsabilidade contratual numa única entidade adjudicatária, que será responsável pela execução integral do contrato. Este fator elimina potenciais conflitos de coordenação entre diferentes adjudicatários, mitigando o risco de atrasos e discrepâncias na execução.
- A unicidade do contrato facilita o acompanhamento e fiscalização pelo gestor do contrato, assegurando o cumprimento integral das especificações técnicas e cronogramas definidos.

Natureza técnica especializada:

- As atividades abrangidas pelo procedimento requerem conhecimentos técnicos e artísticos especializados, incluindo o alinhamento com a identidade visual da Universidade de Lisboa e a integração harmoniosa no contexto arquitetónico do Pavilhão de Portugal.
- Estas características exigem uma abordagem integrada, em que o mesmo operador económico assegure a conceção, produção e instalação, otimizando os resultados e garantindo a qualidade global.

Eficiência económica e operacional:

- A adjudicação de um único contrato evita redundâncias e potenciais sobrecustos que poderiam resultar da contratação separada de diferentes operadores económicos

---

para cada lote. A execução por uma única entidade permite economias de escala e ganhos de eficiência, especialmente na gestão logística e na produção dos materiais.

Impacto no mercado concorrencial:

- o Foi considerado que a opção pela adjudicação de um único contrato não restringe de forma desproporcionada o acesso ao procedimento por parte de potenciais concorrentes. A natureza integrada do objeto do contrato não implica requisitos excessivamente onerosos ou desproporcionados, sendo expectável que o mercado disponha de operadores económicos com capacidade para executar a totalidade do contrato.

Embora o preço base proposto de 74.900,00 €, esteja abaixo do limiar de 135.000 € que torna obrigatória a fundamentação para a não divisão em lotes, a presente fundamentação é apresentada com o objetivo de reforçar a transparência e justificar a decisão tomada. Esta decisão fundamenta-se na necessidade de assegurar a coerência e integração técnica, estética e funcional do objeto do contrato, na eficiência da gestão contratual e na mitigação de riscos de execução. Assim, a opção pela não divisão em lotes está alinhada com os princípios da proporcionalidade, concorrência e boa gestão dos dinheiros públicos, previstos no artigo 1.º-A do CCP.

3. O contrato integrará os seguintes elementos:
  - a) os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
  - f) O clausulado contratual.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
5. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

---

**Cláusula 3.ª - Duração do contrato**

1. O contrato a celebrar inicia-se no dia útil seguinte à data da sua assinatura e mantêm-se em vigor até à conclusão integral do projeto, nomeadamente, a fase 1 e fase 2, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. Entende-se por conclusão integral do projeto a produção de todos os materiais, bem como a sua instalação completa no local, em conformidade com o projeto de execução previamente aprovado pela Universidade de Lisboa.
3. A fase 1 do projeto – conceção tem um prazo máximo de execução de 15 dias após o início do contrato a celebrar.
4. No âmbito da fase 1, o prazo para a realização do projeto de execução tem início com a conclusão e aceitação pela entidade adjudicante do estudo prévio.
5. A fase 2 do projeto – produção e instalação de todos os materiais relativos ao Centro de Exposições (incluindo sinalética direcional) e sinalização das instalações sanitárias, escadas e elevadores de todo o edifício até 25 de março de 2025, após a conclusão da fase 1 do projeto, e produção e instalação dos demais materiais até 24 de abril de 2025, após a conclusão da fase 1 do projeto.
6. No âmbito da fase 2, o fabrico e personalização dos materiais de sinalética só terá início com a conclusão e aceitação dos testes de qualidade e validação dos protótipos pela entidade adjudicante.
7. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

**CAPÍTULO II - Obrigações das partes**

**SECÇÃO I - Obrigações do adjudicatário**

**Cláusula 4.ª - Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:
  - a) A prestação de serviços nos termos constantes do Anexo A ao presente caderno de encargos;
  - b) O cumprimento de todos os prazos previstos no presente caderno de encargos na prestação de serviços;
  - c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do

---

procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

- d) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial ou outras informações com relevância para a prestação dos serviços.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 5.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços**

1. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade pública os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, se aplicável.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a entregar
4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

#### **Cláusula 6.ª - Conformidade e garantia técnica**

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

---

**Cláusula 7.ª - Dever de sigilo**

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 8.ª - Preço base**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode, sob pena de exclusão, ser superior a 74.900,00€ (setenta e quatro mil e novecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base definido, 74.900,00€ (setenta e quatro mil e novecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, foi determinado com base em dados concretos provenientes de contratos anteriores realizados pela Universidade de Lisboa e ajustado às características específicas do presente procedimento, conforme detalhado a seguir:

Base nos Contratos Anteriores:

- Contrato n.º 19IN10000171 (2019): Celebrou-se para a produção de um projeto de sinalética e sistema de comunicação para o Museu Nacional de História Natural e da Ciência, com um preço contratual de 19.100,00 € (acrescido de IVA). Este contrato



abrangeu exclusivamente a conceção do sistema de sinalética, sem incluir a produção e instalação.

- Processo de 2022: Tramitou-se para a elaboração de um estudo de sinalética integrada do universo ULisboa, com um preço base de 18.500,00 € (acrescido de IVA), também limitado à fase de conceção.

Ampliação do Escopo no Procedimento Atual:

- Ao contrário dos contratos anteriores, o presente procedimento inclui fases adicionais que aumentam significativamente o volume de trabalho e os custos envolvidos:
  - **Produção e Montagem:** Abrange a fabricação de sinalética com materiais específicos (ex.: placas metálicas, adesivos, diretórios) e a sua instalação no local, conforme descrito no Anexo A – Especificações Técnicas.
  - **Execução por Fases:** Prevê um trabalho escalonado e ajustado às necessidades do espaço físico do Pavilhão de Portugal, conforme descrito no cronograma.

Dados Complementares de Contratos Semelhantes:

- **Contrato Público (ID 10720132):** Referente à "Conceção, produção e instalação de sinalética interior e exterior", celebrado em 2024, com um preço contratual de 75.000,00 €, conforme publicado no Portal BASE. Este contrato apresenta escopo e complexidade semelhantes ao presente procedimento, uma vez que inclui a conceção do projeto, a produção dos materiais e a sua instalação, reforçando a adequação do preço base agora proposto.

**Critérios de Cálculo do Preço Base:**

- **Custo médio de conceção:** Com base nos contratos anteriores, o custo estimado para a conceção (projeto técnico, levantamento, maquetes) foi fixado em 24.900,00 €, representando cerca de 33% do preço total.
- **Custo médio de produção e montagem:** Estimado em 50.000,00 €, com base em:
  - Produção de sinalética com padrões elevados de qualidade e durabilidade.
  - Instalação e integração dos materiais no local, considerando o carácter arquitetónico singular do Pavilhão de Portugal.

Ajustes para Condições de Mercado:

- **Inflação e custos de materiais:** Desde 2019, os custos de materiais e serviços registaram aumentos significativos. Exemplos:
  - Materiais como alumínio e adesivos de alta durabilidade registaram aumentos de cerca de 15%-20%, segundo dados do setor da construção.

- o Serviços especializados de design e montagem registaram aumentos médios de 10%-15%, com base em consultas informais realizadas junto de fornecedores habituais.

Comparação com Contratos Semelhantes:

- A consulta ao portal base.gov.pt confirmou que o preço base proposto está alinhado com os valores praticados no mercado para projetos de dimensão e complexidade similares, como o contrato ID 10720132, variando entre 70.000,00 € e 80.000,00 € para projetos que incluem conceção, produção e montagem de sinalética interior.

Distribuição do Preço Base por Fases:

- Fase 1 – Conceção: 24.900,00 € (Inclui o "Estudo Prévio" e o "Projeto de Execução".)
- Fase 2 – Produção e Montagem: 50.000,00 €.
- Esta repartição reflete a preponderância dos custos associados à produção e instalação dos materiais."

Com base nos dados apresentados, o preço base de 74.900,00 € foi definido de forma criteriosa e transparente, assegurando a proporcionalidade entre o objeto do contrato e o valor estimado, em conformidade com o artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos.

Para mais detalhes sobre o contrato mencionado, pode consultar o Portal BASE através do seguinte link: <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/detalhe/?type=contratos&id=10720132>

4. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato.

## **SECÇÃO II - Obrigações da entidade adjudicante**

### **Cláusula 9.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do artigo anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas e validação da fatura pelo gestor de contrato, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas deverão ser emitidas de acordo com o seguinte cronograma de pagamentos:
  - a) 40% do preço contratual deverá ser pago após a conclusão da Fase 1 – Conceção, correspondente à entrega de todos os elementos gráficos e técnicos previstos, incluindo o Estudo Prévio e o Projeto de Execução, devidamente aprovados pela entidade adjudicante;
  - b) 30% do preço contratual deverá ser pago após a conclusão da Produção, Instalação e Montagem dos materiais de sinalética relativos ao Centro de Exposições, incluindo

- 
- sinalética direcional, bem como da sinalização das Instalações Sanitárias, Escadas e Elevadores de todo o edifício em conformidade com o Projeto de Execução previamente aprovado;
- c) 30% do preço contratual deverá ser pago após a conclusão integral da Produção, Transporte, Instalação e Montagem dos restantes materiais de sinalética para todo o edifício e ajustes finais dos materiais no local, garantindo a conformidade com o Projeto de Execução previamente aprovado.
3. As faturas devem ser emitidas, transmitidas e rececionadas, conforme o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, com as demais alterações resultantes do Decreto-Lei 14-A/2020, de 7 de abril, conjugado com as disposições constantes da Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro.
4. Para o efeito, a entidade adjudicante aderiu ao Portal FE-AP, enquanto solução eletrónica para a receção de documentos eletrónicos, pelo que o adjudicatário deve iniciar o seu processo de onboarding à solução FE-AP, através do formulário [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS). Em caso de dúvida, o adjudicatário deverá solicitar o devido apoio e suporte em [https://www.espap.gov.pt/spfin/paginas/FE\\_Duvidas\\_Fornecedores.aspx](https://www.espap.gov.pt/spfin/paginas/FE_Duvidas_Fornecedores.aspx).
5. A(s) Fatura(s) devem ser emitidas com os seguintes elementos:
- a) Número de Contrato e número de compromisso;
  - b) Número de Nota de Encomenda, caso aplicável;
  - c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a(s) suporta(m)
  - d) Incidência do IVA, em separado;
  - e) Documentação de suporte, caso aplicável.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.

9. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
10. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro do prazo contratual e legalmente previsto, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

### **SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização do contrato**

#### **Cláusula 10.ª - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo prestador de serviços.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III - Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato**

#### **Cláusula 11.ª - Modificação objetiva do contrato**

O contrato pode ser objeto de modificação objetiva nos termos previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 12.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor**

A cessão da posição contratual e a subcontratação são admitidas nos termos do disposto do artigo 316º e seguintes do CCP.

---

**Cláusula 13.ª - Penalidades**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação dos serviços requisitados pela entidade adjudicante quando este atraso seja superior ao dobro do prazo estabelecido pela entidade adjudicante.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 14.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- 
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização.

**Cláusula 15.ª - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Quando o atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato ocorrer de forma seguida.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos

---

termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela entidade adjudicante.

**Cláusula 16.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 17.ª - Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos está dispensada a prestação de caução.

**CAPÍTULO IV - Disposições finais**

**Cláusula 18.ª - Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

**Cláusula 19.ª - Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 20.ª - Reprodução de documentação**

Nenhum documento ou dado a que o prestador de serviços tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa do contraente público, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 21.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 22.ª - Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas**

#### **Cláusula 24.ª - Especificações Técnicas**

1. As especificações técnicas são as constantes do Anexo A ao presente caderno de encargos.
2. Fazem parte do caderno de encargos as plantas do edifício Pavilhão de Portugal, nomeadamente:
  - Percursos planta;
  - Planta piso 0;
  - Planta piso -1;
  - Planta piso 1;
  - Tabela de espaços.



## **Anexo A do Caderno de Encargos – Especificações Técnicas**

Procedimento n.º 2500000043\_SA\_02DCRI2025

### **I. Enquadramento**

O Pavilhão de Portugal integra o património da Universidade de Lisboa (ULisboa) desde 1 de agosto de 2015, estando previsto que a partir de 2025 este espaço emblemático da cidade de Lisboa se afirme como palco privilegiado para a realização de iniciativas no domínio da educação, investigação científica, cultura e inovação, promovidas pela ULisboa.

O edifício, projetado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira, foi construído para integrar a Expo'98, tendo sido distinguido com o Prémio Valmor nesse mesmo ano. Classificado como Monumento de Interesse Público, constitui um marco icónico da exposição universal, preservado até hoje, e encontra-se situado numa localização de destaque na cidade de Lisboa.

A Universidade de Lisboa assumiu a responsabilidade pela grande intervenção de reabilitação deste edifício singular, cuja reabertura ao público está prevista para 2025, com o propósito de o transformar num centro de excelência para a investigação e de o dotar de condições para acolher atividades de divulgação científica, arquitetónica e de promoção da lusofonia, reforçando o seu contributo enquanto espaço de projeção internacional da ciência, da inovação e da cultura portuguesas.

### **II. Missão e Visão para o Pavilhão de Portugal**

O Pavilhão de Portugal assumirá a missão de promover a inovação, a cultura, a ciência e a investigação, tanto no seio da academia como junto da sociedade, consolidando-se como um espaço de excelência destinado à realização de eventos científicos e culturais com impacto local, nacional e internacional.

A Universidade de Lisboa projeta o Pavilhão de Portugal como um grande centro internacional de transferência de conhecimento e cultura científica, com vocação para projetar globalmente a ciência, a inovação, a arquitetura e a língua portuguesa, reforçando o papel estratégico da ULisboa enquanto agente de promoção da lusofonia e da cooperação internacional.

### **III. Obras de recuperação do Pavilhão de Portugal**

As obras de recuperação do Pavilhão de Portugal tiveram início em 2016, sendo realizadas com recurso a investimento próprio da Universidade de Lisboa.

O projeto de arquitetura foi desenvolvido pela Álvaro Siza 2 – Arquitecto, S.A., enquanto a execução da obra esteve a cargo da empresa RACE - Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A., que deu continuidade aos trabalhos iniciados anteriormente pela Tâmega Engineering, S.A.

O Pavilhão de Portugal é constituído por uma Praça Cerimonial, coberta por uma pala em betão pré-esforçado com uma área de 4.549 m<sup>2</sup>, e por um edifício com uma área bruta total aproximada de 13.315 m<sup>2</sup>. Este edifício integra, além de uma cave, dois pisos com salas de diferentes dimensões, um pátio interior, um pátio aberto a norte e um pórtico orientado a nascente, ao longo do cais.

O edifício conta, agora, com as seguintes valências:

- **Centro de Congressos**

O espaço destinado ao Centro de Congressos tem uma área bruta de aproximadamente 4.405m<sup>2</sup> e pode ter uma utilização independente do resto do edifício. Desenvolve-se pelos seus três pisos sendo a entrada principal feita no piso 0 pela Praça Cerimonial.

Possui um auditório polivalente com capacidade para 638 lugares.

Detém, no piso 1, salas de sessões paralelas, 2 com capacidade para 100 lugares e 2 com 80 lugares cada. Tem ainda, um núcleo de 5 salas sendo que 3 delas, com cerca de 72m<sup>2</sup> cada, se encontram preparadas para se interligarem tornando-se numa única.

- **Centro de Exposições**

Com uma área bruta total de 2.756m<sup>2</sup> e localizando-se, essencialmente, ao nível do piso térreo onde se encontra a sua entrada (na fachada poente do pátio norte do edifício) o Centro de Exposições desenvolve-se nos pisos -1, 0 e 1.

- **Loja**

A loja, com uma área bruta total de 401m<sup>2</sup> desenvolve-se em dois pisos com comunicação vertical interior. No piso 0 encontra-se um espaço de exposição e venda de materiais ligados às exposições e ainda produtos da loja da Universidade. O piso 1 é uma extensão do espaço expositivo do rés-do-chão com o apoio de um pequeno bar.

- **Restaurante**

Copa com 135m<sup>2</sup> e sala com cerca de 92 lugares sentados, com vista panorâmica para o rio Tejo

- **Sala de estudo**

Aberta todos os dias aos estudantes da cidade.

- **Serviços de apoio**

Como complemento aos Centros de Congressos e de Exposições, de forma a apoiarem estas instalações e com o intuito de gerarem receitas que contribuam para a manutenção e funcionamento do edifício, são criados diversos serviços destinados ao suporte técnico, de manutenção e gestão do edifício, incluindo área de armazenamento. Ainda, e com acesso restrito e limitado a 12 lugares, dos quais 2 se destinam a pessoas com mobilidade reduzida, haverá um estacionamento para funcionários que ocupará parcialmente o piso -1.

- **A Praça Cerimonial**

Coberta pela pala e pelas paredes que a suportam, a Praça Cerimonial desenvolve-se no exterior, junto ao rio, com uma área de implantação de 4.549,50 m<sup>2</sup>.

## O Projeto de Sinalética

Pretende-se implementar um sistema de sinalética interna informativa e direcional do edifício Pavilhão de Portugal de acordo com as exigências formais abaixo indicadas.

Funcionalidade da solução Sinalética	Clareza	A solução deve transmitir informações de maneira imediata, fácil e inequívoca ao utilizador, evitando ambiguidades. Deve reduzir o esforço cognitivo e garantir que as mensagens sejam compreendidas rapidamente, mesmo em situações de pressão como emergências.	Os textos devem apresentar uma fonte adequada e legível a uma distância adequada ao espaço, ícones de fácil compreensão. A quantidade de informação deve ser adequada para cada placa. Deve ser utilizada letras maiúsculas e minúsculas, sem efeitos, sem serifas e sem tridimensionalidade A fonte tipográfica deve diferenciar claramente os caracteres l, l (um, L minúsculo e l maiúsculo) e entre a, c, e, o. Máximo 50 caracteres por linha O texto deve ser alinhado à esquerda e não justificado. As fontes a aplicar não devem ser serifadas.
	Localização e Visibilidade	Os sinais devem ser posicionados e projetados para garantir que sejam facilmente detetados, legíveis e compreendidos pelos utilizadores no momento e lugar certos, conforme a direção dos fluxos.	As sinalizações devem ser estrategicamente posicionadas, visíveis de acordo com o espaço disponível e às distâncias necessárias para facilitar a navegação e informação dos visitantes.
	Orientação e Navegação	A solução deverá guiar os utilizadores pelo espaço, auxiliando-os a encontrar o percurso certo e a entender a sua	A sinalização deve auxiliar na orientação e navegação pelo edifício. Deve notar-se continuidade na navegação e uma sequência lógica entre sinais, com uma sequência lógica e fácil de seguir.

		localização em relação ao espaço envolvente.	
<b>Desenho Gráfico e de Equipamento</b>	<b>Consistência Visual</b>	O design, estilo e apresentação de todos os elementos de sinalética é semelhante entre si. Este princípio é essencial para criar um sistema de sinalização coeso.	As cores, fontes, estilos e materiais das sinalizações devem ser totalmente consistentes e alinhados entre si, criando uma família de sinais coerente e harmoniosa.
	<b>Integração com o Ambiente</b>	Deve notar-se harmonia entre o sistema de sinalética e o espaço em que estão inseridos. A sinalização deve complementar o ambiente sem causar distrações, desordem visual ou interferência com a estética e funcionalidade do espaço. Um sistema bem integrado torna-se parte natural do ambiente enquanto mantém sua função de orientar e informar.	O desenho gráfico das sinalizações deve ser coerente com a arquitetura envolvente, favorecendo uma integração plena alinhada com a contemporaneidade do edifício.
<b>Acessibilidade e Inclusão</b>	<b>Acessibilidade</b>	Todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas devem poder aceder, compreender e utilizar as informações apresentadas. Um sistema de sinalética acessível promove a inclusão e facilita a navegação.	Deve apresentar uma tipografia e contrastes visuais adequados (entre os sinais e a tipografia e símbolos e entre o sinal e a parede) bem como superfícies antirreflexo.

	<b>Utilização de idiomas, símbolos universais, entre outros</b>	Relevante para responder às necessidades de orientação de uma ampla gama de utilizadores, incluindo pessoas com deficiência visual e falantes de diferentes línguas. É relevante em locais que recebem visitantes internacionais ou com uma população diversificada.	Prevê a utilização de símbolos universais adequados e dois idiomas (português e inglês)
<b>Manutenção</b>	<b>Facilidade de Atualização</b>	O sistema deve apresentar a capacidade de alterar ou substituir informações. Este fator é relevante em ambientes onde as informações podem mudar com alguma frequência. Um sistema de sinalização projetado para atualização eficiente reduz custos, minimiza o desperdício e aumenta a flexibilidade.	A solução deve permitir atualizações e, ou alterações, com um mínimo de desperdício e de custos.
<b>Sustentabilidade</b>	<b>Produção de Baixo Impacto</b>	Uso de práticas, materiais e tecnologias que minimizam os danos ao meio ambiente referindo-se especificamente à incorporação de materiais reciclados na composição dos sinais propostos.	A solução, idealmente, deve incorporar materiais reciclados na sua composição e ser projetada para um baixo impacto ambiental na sua produção.

Prevemos duas fases para o desenvolvimento do projeto de sinalética do Pavilhão de Portugal

## **FASE 1**

Esta fase inclui dois momentos que se traduzem no Estudo Prévio e no Projeto de Execução. Infra seguem discriminados os requisitos e necessidades que devem ser assegurados pelo adjudicatário.

O documento a entregar no Estudo Prévio carece de validação da entidade adjudicante para o adjudicatário

### **Estudo Prévio**

- Análise detalhada das necessidades informativas e de orientação em articulação com a entidade adjudicante;
- Mapeamento de fluxos;
- Levantamento das localizações de todos os suportes e respetivo enquadramento no espaço arquitetónico, nomeadamente diretórios de pisos, sinalética direcional, sinalética de identificação com referência dos espaços;
- Quantificação de suportes e de materiais;
- Cronograma
- Entrega de um documento com o seguinte conteúdo:
  - Identificação dos materiais a utilizar, e respetiva ficha técnica, com indicação das suas potencialidades e justificação da sua adequabilidade funcional e estética, durabilidade, material, custo, e flexibilidade de utilização;
  - Exemplos visuais da família de suportes de sinalética, apresentados com escala mínima de 1:10 ou outra apropriada, acompanhados de notas explicativas técnicas. Estes exemplos devem incluir, cotas e dimensões de cada elemento, mockups, maquetes físicas ou visuais, e visualizações tridimensionais, demonstrando a integração com o espaço físico e arquitetónico e notas explicativas com os materiais utilizados, sua durabilidade, adequabilidade funcional e estética, bem como justificações para a escolha dos esquemas cromáticos, tipografia e formas apresentadas;
  - Representações específicas dos diretórios de pisos, sinalética direcional e sinalética de identificação de espaços, conforme descrito no anexo técnico;

- Indicação, em planta, das localizações genéricas dos suportes e dos fluxos de visitantes.

### **Projeto Base de Execução**

O projeto base de execução pressupõe a validação pela entidade adjudicante do documento produzido no estudo prévio devendo contemplar:

- Identificação da localização de todos os materiais;
- Orçamentação detalhada unitária da produção dos materiais e da respetiva aplicação;
- Identificação e localização detalhada, em planta, de todos os materiais a aplicar;
- Desenho técnico dos materiais a produzir com instruções de montagem e aplicação;
- Arte-finalização e preparação de todas as peças para produção;
- Retificação de quantidades de produção.

### **FASE 2 (Inclui Produção e Instalação)**

#### **Produção**

- Testes de qualidade e protótipos pela entidade adjudicante;
- Fabrico e personalização dos materiais de sinalética.

#### **Instalação**

- Transporte e instalação dos materiais no local;
- Ajustes finais, se aplicável.

### **LIMITAÇÕES À CONCEÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DA SINALÉTICA**

#### **Acessibilidades:**

As soluções a implementar no âmbito do presente procedimento deverão respeitar integralmente os princípios de acessibilidade universal, garantindo o cumprimento das normas legais aplicáveis, designadamente o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, e demais regulamentação complementar. Neste sentido, deverão ser assegurados os seguintes requisitos específicos:

#### **1. Sinalética Inclusiva:**

- Contrastes cromáticos adequados entre os elementos da sinalética e o fundo, para facilitar a leitura por pessoas com baixa visão.



## **2. Localização e Altura de Instalação:**

- A colocação de placas informativas e diretórios deverá respeitar as alturas estabelecidas para uma utilização confortável por pessoas em cadeiras de rodas, garantindo um intervalo de instalação entre 0,90 m e 1,20 m do solo.

## **3. Caminhos e Percursos Acessíveis:**

- A sinalética de orientação deve indicar claramente percursos acessíveis, bem como entradas, saídas e sanitários adaptados, com sinalização específica para utilizadores com mobilidade reduzida;
- As indicações de direção devem evitar ambiguidades, privilegiando rotas seguras e livres de obstáculos.

## **Sustentabilidade**

As soluções a adotar deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental e eficiência energética, contribuindo para a redução da pegada ecológica e alinhando-se com os objetivos do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e outras metas internacionais de sustentabilidade. Para o efeito, deverão ser, sempre que possível, adotadas as seguintes recomendações:

### **1. Materiais Sustentáveis:**

- Utilização de materiais recicláveis ou provenientes de fontes sustentáveis, devidamente certificados;
- Evitar materiais nocivos ao ambiente, como componentes contendo substâncias tóxicas ou não recicláveis.

### **2. Durabilidade e Manutenção:**

- A sinalética deve ser concebida com materiais resistentes, reduzindo a necessidade de substituição frequente;
- Prever soluções de fácil manutenção que minimizem o consumo de recursos durante o ciclo de vida útil do equipamento.

### **3. Eficiência Energética (se aplicável):**

- Se aplicável, utilizar iluminação de baixo consumo energético, como tecnologia LED, com sistemas de controlo automático baseados em sensores de movimento ou luz natural;

- Priorizar sistemas alimentados por energias renováveis, como painéis solares integrados na sinalética externa.

#### **4. Economia Circular:**

- Prever a possibilidade de desmontagem e reutilização dos materiais de sinalética ao final da sua vida útil, promovendo a economia circular e evitando a geração de resíduos desnecessários.